

TRANSRIO CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E MOTORES LTDA.

CNPJ nº 11.726.521/0001-47

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e relatório dos auditores independentes									
Balancos Patrimoniais		Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo		Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>					<b>Circulante</b>			<b>81.580</b>	<b>99.863</b>
<b>Circulante</b>			<b>128.316</b>	<b>132.810</b>	Fornecedores		13	9.432	6.976
Caixa e equivalentes de caixa		6	1.328	17.480	Floor Plan		14	42.001	64.916
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		7	13.656	-	Empréstimos		15	3.321	3.307
Contas a receber		8	51.183	25.806	Obrigações trabalhistas			7.126	6.793
Estoque		9	36.200	66.632	Arrendamentos por direito de uso		16	3.638	4.131
Tributos a recuperar			10.364	9.338	Imposto de renda e contribuição social a recolher			415	58
Imposto de renda e contribuição social a recuperar			2.968	2.564	Tributos a recolher			3.929	1.343
Despesas antecipadas			290	320	Adiantamentos de clientes			7.084	4.582
Adiantamentos a terceiros			5.391	4.790	Dividendos a pagar		17,1	-	3.414
Outros créditos			6.936	5.880	Outras contas a pagar			4.634	4.343
<b>Não circulante</b>			<b>158.837</b>	<b>154.971</b>	<b>Não circulante</b>			<b>43.853</b>	<b>45.047</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>36.661</b>	<b>35.478</b>	Empréstimos		15	9.563	13.121
Fundo para capitalização de concessionárias		10	28.169	24.999	Arrendamentos por direito de uso		16	31.350	29.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos		19,1	5.080	7.219	Provisão para demandas judiciais e administrativas		20,2	2.940	2.750
Depósitos judiciais		20,1	3.412	3.260	<b>Total do passivo</b>			<b>125.433</b>	<b>144.910</b>
Imobilizado		11	78.129	77.253	<b>Patrimônio líquido</b>			<b>161.720</b>	<b>142.871</b>
Intangível		12	44.047	42.240	Capital social		21,1	121.920	121.920
<b>Total do ativo</b>			<b>287.153</b>	<b>287.781</b>	Reservas de lucros			39.900	20.951

Os valores a partir de 01/01/2020 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação dos períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>115.920</b>	<b>9.990</b>	-	<b>6.000</b>	<b>131.910</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	14.375	-	14.375
Aumento de capital	21.1	6.000	-	-	(6.000)	-
Retenção de lucros		-	10.961	(10.961)	-	-
Dividendos distribuídos	21.2	-	-	(3.414)	-	(3.414)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>121.920</b>	<b>20.951</b>	-	-	<b>142.871</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	18.849	-	18.849
Retenção de lucros		-	18.849	(18.849)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>121.920</b>	<b>39.800</b>	-	-	<b>161.720</b>

Os valores a partir de 01/01/2020 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação dos períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

**1. Contexto operacional** A Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (“Transrio” ou “Empresa”), com sede em Pavuna - Rio de Janeiro e tem como atividades preponderantes: a comercialização, inclusive importação de veículos novos e usados (automóveis de passeio, caminhões, ônibus, furgões, veículos comerciais e tratores), peças e acessórios, máquinas motores estacionários e geradores. A Empresa possui quinze filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe. A controladora final é a Simpar S.A. (“Simpar”) e a controladora direta é a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Vamos Locação”), que detém 99,99% do capital social. **1.2 Situação da COVID-19** Em 30/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11/03/2020, ela declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desde março de 2020 até 31/12/2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros foi de retração dos Produtos Internos Brutos - PIB das maiores dos países, e no Brasil houve retração de 3,23% em seu PIB, conforme boletim Focus do Banco Central de 13/03/2021. No Brasil, mercado onde a Empresa atua, as medidas de restrições contaram com fechamento de parte do comércio e serviços considerados não essenciais. A Administração da sua controladora indireta Simpar instituiu um comitê multidisciplinar de gerenciamento de crise específico para tratar do tema da COVID-19 e, por meio desse comitê, está monitorando a evolução da crise instaurada e aplicando ações alinhadas com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos: **a) Cuidado com os colaboradores** Adoção de teletrabalho (“home office”) para parte dos colaboradores, inclusive pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências das unidades da Empresa; adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social; disponibilização de veículos para os colaboradores que deixem de utilizar transporte público; férias coletivas e utilização de banco de horas; e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais. Está sendo implementado plano de retorno gradual dos colaboradores nos escritórios das empresas, preservando as pessoas que são considerados grupo de risco. Adicionalmente, para garantir a segurança da informação nos sistemas e ambiente de rede da Empresa, dada a adoção de teletrabalho, foi criado um comitê para avaliar os riscos de acessos não permitidos e coleta de dados, e assim definir e implementar ações para mitigá-los. **b) Apoio à sociedade** Disponibilização de sua estrutura e operações em apoio às comunidades onde estão instaladas, principalmente pela doação de produtos essenciais e básicos para as famílias. **c) Impactos econômico-financeiros** Parte substancial das atividades da Empresa está baseada em atividades consideradas essenciais como por exemplo, serviços de manutenção, oficina e de venda de peças das nossas concessionárias de caminhões e ônibus. Portanto, durante esse exercício não houve impactos significativos. Além disso, a Empresa possui uma sólida condição financeira suficiente para o atravessamento da crise instaurada, citando principalmente as seguintes circunstâncias: (i) Situação econômica e financeira • Liquidez corrente positiva, isto é, ativo circulante maior que o passivo circulante em 1,5 vezes; • A Empresa vem implementando programas de redução de gastos para adequar a estrutura de custos de acordo com as variações na receita e em sua geração de caixa, com acompanhamento diário. (ii) Análises de recuperação (“impairment”) de ativos financeiros A Empresa efetuou a revisão de seus ativos financeiros, incluindo as contas a receber, para avaliar a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação (“impairment”). Essa análise foi conduzida considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento. Para contas a receber, como resultados das análises, não foi identificada a necessidade de constituir provisões adicionais nas operações da Empresa. (iii) Análises de recuperação (“impairment”) de ativos não financeiros A Empresa efetuou análise de seus ativos não financeiros. Como resultado, não foi identificada necessidade de constituição de provisão para os ativos e/ou unidade geradora de caixa (“UGC”) relacionada. As premissas utilizadas nas respectivas análises estão divulgadas na nota explicativa 12.1. (iv) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal emitiu medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamento de impostos e contribuições sociais. A Empresa aderiu parcialmente a esses programas, de modo que está pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições foram pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo federal. Todos os efeitos contábeis relacionados estão refletidos adequadamente no resultado do exercício findo em 31/12/2020. A Empresa continua permanentemente avaliando as evoluções da crise, e ainda considera: (i) o evento de disseminação do vírus em evolução no Brasil; (ii) trata-se de um estágio novo, sem precedentes, nunca visto na história contemporânea mundial; e (iii) todos os governos municipais, estaduais e federal ainda continuam anunciando e testando ações de combate, fechamento e reabertura do comércio em geral, o que torna incerto quantas medidas serão adotadas e a extensão das mesmas. **2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis adotadas** **2.2 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC** As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de maio de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração** As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 5.1, quando aplicável. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa e, também, sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Instrumentos financeiros** **2.3.1 Ativos financeiros a) Reconhecimento e mensuração** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b) Classificação e mensuração subsequente Instrumentos Financeiros** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por (“impairment”). A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

**c) Desreconhecimento** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.3.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **a) Desreconhecimento** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.3.3. Compensação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “ad hoc”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observados ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de (“impairment”) aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 5.3.a (ii) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. **2.4 Mensuração ao valor justo** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o valor de descumprimento (“non-performance”). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme nota explicativa 5.2. Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.5 Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 meses. **2.6 Imobilizado a) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação** A depreciação é calculada pelo método linear no resultado do exercício baseada na vida útil estimada de cada item. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 estão demonstradas na nota explicativa 11. A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanhando regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **2.7 Intangível** **2.8.1 Agio** O Agio (“goodwill”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a uma combinação de negócios. O Agio de aquisições de entidades é registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por (“impairment”). Os testes para refletir perdas de (“impairment”) são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do Agio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de “impairment”, o Agio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o Agio se originou. **2.8.2 Softwares** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização dos bens para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, estão demonstradas na nota explicativa 12. **2.8.3 Fundo de comércio** O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, da marca MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são

Demonstrações dos resultados		Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita líquida de venda e prestação de serviços</b>		<b>22</b>	<b>368.794</b>	<b>328.065</b>
(-) Custo das vendas e prestações de serviços		23	(274.274)	(243.730)
(-) Custo de venda de ativos		23	-	(564)
<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>23</b>	<b>94.520</b>	<b>83.771</b>
Despesas comerciais		23	(22.980)	(22.453)
Despesas administrativas		23	(43.852)	(43.922)
Reversão (provisão) de perdas esperadas (impairment) de contas a receber		23	62	(179)
Outras receitas operacionais, líquidas		23	6.162	6.524
<b>(=) Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos</b>		<b>24</b>	<b>33.912</b>	<b>23.741</b>
Receitas financeiras		24	1.069	3.204
Despesas financeiras		24	(6.149)	(4.926)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>		<b>24</b>	<b>(5.080)</b>	<b>(1.722)</b>
<b>contribuição social</b>		<b>28.832</b>	<b>22.019</b>	
Imposto de renda e contribuição social - corrente		19.2	(7.844)	(6.097)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		19.2	(2.139)	(1.547)
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(9.983)</b>	<b>(7.644)</b>	
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>		<b>18.849</b>	<b>14.375</b>	

Os valores a partir de 01/01/2020 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação dos períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

Demonstrações dos resultados abrangentes	31/12/2020	31/12/2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>18.849</b>	<b>14.375</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>18.849</b>	<b>14.375</b>

Os valores a partir de 01/01/2020 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação dos períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>28.832</b>	<b>22.019</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	8.640	9.000
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 20,2)	190	31
(Reversão) provisão de perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber (nota 8)	(62)	179
Baixa de outros ativos imobilizados (nota 11)	1.370	566
Reversão para perdas em estoques (nota 9)	(273)	(148)
Créditos impostos extemporâneos (nota 23)	(1.376)	(1.439)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, arrendamentos (nota 15 e 16)	5.353	4.748
	<b>42.674</b>	<b>34.956</b>

Variações no capital circulante líquido operacional	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber	(25.324)	3.918
Estoques	30.705	(9.415)
Tributos a recuperar	(505)	1.608
Fornecedores	2.456	(10.345)
Floor plan (nota 14)	(22.915)	11.503
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	2.919	823
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(2.147)	(1.528)
<b>Variações no capital circulante líquido operacional</b>	<b>(14.811)</b>	<b>(3.436)</b>
	<b>27.863</b>	<b>31.520</b>

Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(13.656)	-
Impostos de renda e contribuição social pagos	(7.036)	(5.572)
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos por direitos de uso	(4.480)	(4.507)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>2.691</b>	<b>21.441</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao imobilizado	(5.109)	(2.740)
Adições ao intangível	(2.244)	(11)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(7.353)</b>	<b>(2.751)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamentos de empréstimos, e arrendamentos (nota 15 e 16)	(8.076)	(6.909)
Dividendos pagos	(3.414)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(11.490)</b>	<b>(6.909)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(16.152)</b>	<b>11.781</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	17.480	5.699
No final do exercício	1.328	17.480
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(16.152)</b>	<b>11.781</b>

**Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço** Aumento de capital via integralização de adiantamento para futuro aumento de capital (nota 21.1). Adição de arrendamentos por direito de uso (nota 25) 5.340 (36.216). Adoção inicial CPC 06 (R2) – Arrendamentos (nota 25) - (36.216). Os valores a partir de 01/01/2020 refletem os impactos com adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação dos períodos comparativos. Deste modo, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas, conforme nota explicativa 4.1.

amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (“impairment”), conforme descrito na nota explicativa 12. **2.8.4 Amortização e testes de perda de valor recuperável (“impairment”)** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 12. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (“impairment”), individualmente ou no nível da UGC, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. As premissas e metodologias para realizar os testes de (“impairment”) dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgadas na nota explicativa 12.1. **2.8 Arrendamentos** No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). (i) **Como arrendatário** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrend